

O Impacto da COVID-19 no Setor Bancário

Gabriela Roza

O intuito deste artigo é trazer uma explicação teórica sobre o funcionamento do setor bancário e relacionar este funcionamento aos impactos da COVID-19 sobre este setor.

Sumário:

O Sistema Bancário Brasileiro - análise e reação à COVID-19	
Bancos - a lógica por trás do sistema	2
Como os bancos ganham dinheiro	4
O papel do Banco Central	6
O setor bancário brasileiro antes da crise	9
A COVID-19 na economia	12
Medidas de controle de impacto e suas consequências	15
Tendências futuras do setor	23
Conclusão	25

O Sistema Bancário Brasileiro - análise e reação à COVID-19

A crise do coronavírus gerou um impacto profundo na economia, levando o PIB mundial a projeções de crescimento muito inferiores quando comparadas aos cenários previstos anteriormente. Uma análise do Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou que a pandemia causaria uma queda de 3% no PIB global em 2020, contrastando com o previamente esperado aumento de 3,3%. Com as novas previsões, a linha da extrema pobreza - a parcela da população mundial que vive com menos de US \$ 1,90 por dia - deve aumentar de 8,2% em 2019 para 8,6% em 2020, ou de 632 milhões de pessoas para 665 milhões. Anteriormente havia uma queda projetada de 8,1% para 7,8% no mesmo período, de acordo com o World Economic Outlook. Os governos, em geral, se mobilizaram para diminuir os impactos para suas populações e economias com diversas medidas buscando facilitar o acesso ao crédito para evitar falências, para diminuir a miséria, assim como investimentos consideráveis na área da saúde. Para entender a dimensão desses incentivos, o total de estímulos fiscais do Brasil, até junho de 2020, passou de 11% do PIB, enquanto os EUA já investiram 12,2%.

Além disso, instituições que garantem a chegada dessas medidas à sociedade são os bancos comerciais. Por isso, é importante analisar esse setor na conjuntura atual, visto que é composto pelas instituições que fazem o intermédio das políticas governamentais na ala monetária. Para tanto, o presente artigo almeja discorrer sobre os mecanismos que regem esse sistema e as modificações feitas pelos bancos nesse período. Buscando, também, entender se a movimentação do governo está surtindo o efeito esperado para, assim, analisar os impactos da COVID-19 no setor bancário.

1. Bancos - a lógica por trás do sistema

Antes de adentrar nas medidas que foram impostas pelo governo brasileiro, é importante entender os mecanismos de funcionamento do seu setor, além de seu contexto atual. O sistema bancário se estrutura em torno de uma base fundamental: a confiança. É necessária tanto para que o dinheiro seja depositado, quanto para que seja possível retirá-lo a qualquer momento.

Segundo o artigo "*The Concept of Confidence in Bank*", dois pesquisadores, Daiva Jureviciene e Viktorija Skvarciany, ao analisarem a confiança em instituições financeiras, identificaram alguns fatores que levam à formação desse sentimento. Esse estudo afirma que a confiança nessas instituições transcende a capacidade de sacar o seu dinheiro a qualquer momento, de modo que fatores como a estabilidade do banco e seus resultados também influenciam nessa concepção, pois a imagem de

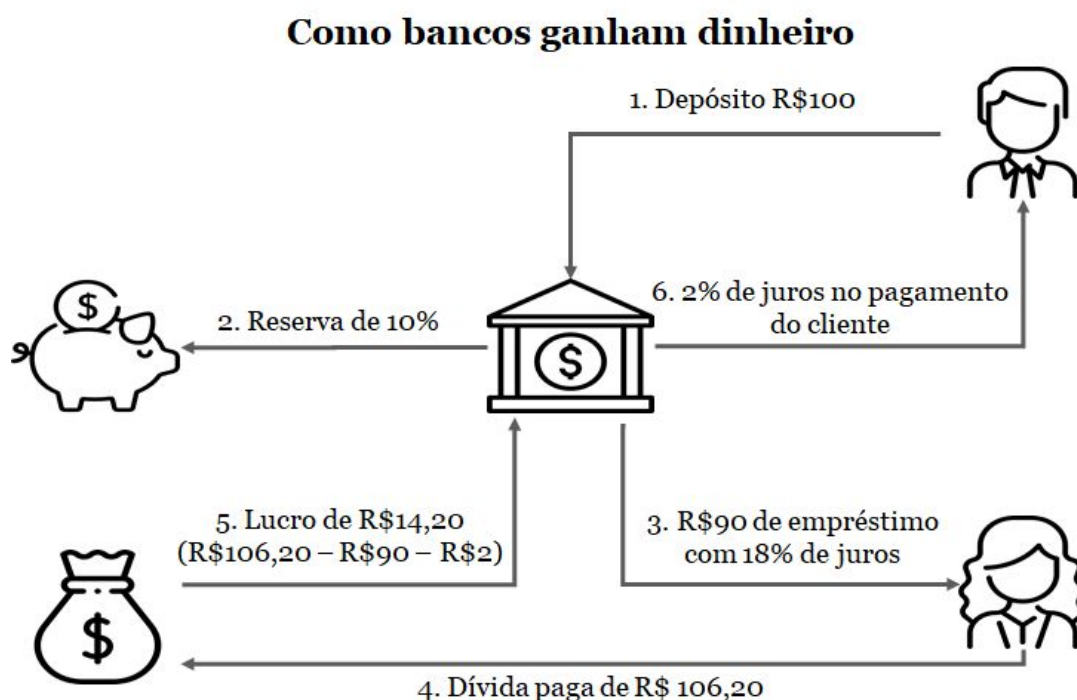
um estabelecimento inabalável é importante para seus clientes. O grande problema dessa base de funcionamento é que, um efeito de cadeia é gerado caso alguém tente retirar seu dinheiro e não consiga, tendo em vista que mais clientes correriam ao banco para retirar suas economias com medo dele não oferecer mais segurança. O banco, que por sua vez investe o dinheiro dos clientes, não o tem suficientemente em caixa para honrar com tantas demandas de correntistas e quebra, fazendo com que boa parte do montante seja simplesmente perdida. A relevância desse conceito é tamanha que, ao se observar a crise de 2008, o ponto crítico para o sistema bancário foi a perda da confiança, sendo ela tanto dos bancos entre si, quanto na relação entre eles e as pessoas. A crise de confiança atingiu as pessoas físicas quando bancos começaram a quebrar, fazendo com que elas quisessem retirar seu dinheiro dessas instituições. Portanto, é a confiança que faz com que o banco seja viável e trabalhe criando valor e benefícios para o cliente.

A forma como isso acontece é interessante para a economia como um todo, dado que uma boa alocação de capital gera mais valor para a sociedade, consequentemente provocando uma expansão econômica. A lógica de como essa alocação funciona e o porquê do desdobramento ser o desenvolvimento é basicamente explicada pelo sistema de crédito. Os bancos são importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, pois ao pegarem uma parcela do dinheiro depositado e a emprestarem para pessoas jurídicas ou físicas, assim como para o governo, eles fazem o dinheiro circular. Ao investir em algo que traga retorno, o banco acaba por gerar mais valor para a economia, seja desenvolvendo novos produtos e serviços, ou simplesmente fazendo o dinheiro girar. Essa injeção de capital, quando eficiente, é benéfica não apenas para os bancos, que terão o valor do empréstimo acrescido com juros, mas também para a sociedade no geral que, após um bom investimento, passa a possuir maior valor intrínseco.

A ideia de **juros** pode ser facilmente explicada por duas óticas, a do devedor e a do credor. A primeira seria o custo que o indivíduo tem por contrair um empréstimo, dado que esse dinheiro não é seu, ele deve pagar ao seu credor (o banco). A segunda é o custo de oportunidade do credor (nesse caso o banco), ou seja, o custo que deve ser renunciado para se obter algo que poderia vir a ser mais favorável. Esse conflito existe pois o banco tem inúmeras opções de investimentos e poderia estar usando o dinheiro em outra situação. Para tomar essa decisão, o banco deve fazer uma análise de risco-retorno e, caso o investimento seja considerado arriscado, maior deve ser o juro cobrado sobre ele. No final, a ideia é que ele cobre uma porcentagem (juros) como prêmio durante o tempo em que não terá acesso a esse dinheiro.

1. Como os bancos ganham dinheiro

Após o entendimento de que os juros são um meio do banco obter um retorno sobre o capital emprestado, é necessário analisar como essa taxa é estabelecida. Dado que o modelo de negócios dos bancos tem como base tomar e conceder empréstimos, é interessante para eles obter o capital com uma taxa menor do que a cobrada. Por isso, um ponto de grande importância para a análise de juros de um banco é o **spread**. O *spread* bancário consiste na diferença entre a taxa de juros que o banco cobra ao emprestar dinheiro e a que ele paga para captá-lo, seja para um correntista ou emitindo títulos. Suponha que um investidor deixe seu dinheiro rendendo na poupança a uma taxa de 6% ao ano. O banco, após coletar esse dinheiro, o empresta para financiar um projeto de um empresário, cobrando dele uma taxa de juros de 20% ao ano. O *spread* bancário, nesse caso, é igual a 14%. Contudo, apesar desse percentual ser, em teoria, o lucro do banco, para definir a taxa do *spread* também são considerados outros fatores, dado que é preciso arcar com algumas despesas. Segundo o relatório de 2017 do Banco Central, o principal componente de análise para definição do *spread* bancário é a inadimplência¹, já que cerca de 55% do *spread* brasileiro é destinado a cobrir empréstimos não quitados. Em segundo lugar, estão os lucros dos bancos representando 23% do *spread*, seguido pelos impostos, que correspondem a 16% e custos administrativos, 4%. Dessa maneira, o valor absoluto que o banco recebe de juros pelo empréstimo tem que ser maior do que todos esses gastos, a fim gerar lucro.



¹ O não cumprimento de uma obrigação financeira, como o não pagamento de bens ou serviços até sua data de vencimento

É necessário, ainda, entender um pouco mais do funcionamento dos bancos: em geral, eles funcionam altamente alavancados. A **alavancagem financeira** refere-se ao montante da dívida na estrutura de capital da empresa, ou seja, é a relação capital de terceiros sobre o capital total que evidencia o endividamento. É comum no setor bancário uma empresa emprestar muito mais capital de terceiros do que capital próprio, isso porque a própria ideia do banco é investir o máximo possível do dinheiro que está no seu caixa, buscando lucro.

O grande problema criado é a relação entre risco e alavancagem. Caso o banco faça muitos empréstimos, maior será a chance dele não serem quitados. O risco atrelado a esses investimentos é muito maior pelo impacto financeiro que ele acarretará. Por exemplo, se um investimento não tem o retorno esperado, o banco sai no prejuízo dessa, na possibilidade de ter muitos devedores inadimplentes, a instituição perde o que é dinheiro dos seus clientes. A magnitude da alavancagem pode ser, então, um risco para a pessoa que possui dinheiro depositado no banco pois, caso esse capital seja perdido, o banco não teria como arcar com os pedidos de saque, pois não possuiria a liquidez necessária.

A fim de entender a exposição de um banco ou outra instituição financeira a respeito do capital de terceiros é o **Índice de Basileia**, que funciona como uma boa métrica de alavancagem. Na prática, o indicador serve para medir o quanto os bancos estão se expondo a risco pela visão do mercado, em comparação com o capital aportado pelos donos (sócios) da instituição, ou seja, seu patrimônio líquido. Para mitigar os riscos mencionados acima, o Brasil adotou um índice de Basileia mínimo, passando a controlar mais de perto as instituições financeiras para que elas não se alavancassem demais. Por exemplo, se um banco tem um índice de Basileia de 20% isso quer dizer que, de maneira bastante simplificada, para cada R\$ 100 emprestados para pessoas físicas e jurídicas (o total de ativos que aparece no balanço), apenas R\$ 20 pertencem ao banco. Quanto maior o índice, melhor o banco se protege dos riscos de inadimplência, uma vez que fica menos exposto ao problema da alavancagem citado anteriormente. Atualmente no Brasil, o percentual exigido para o Índice de Basileia pelas instituições financeiras é de 11%, mas de acordo com dados do Banco Central, os bancos brasileiros possuem média de 17,4%, estando em 76º lugar no ranking mundial de menor risco, em 2019 .

Além da questão do risco de alavancagem, um outro aspecto interessante de se levar em conta ao analisar o funcionamento do setor bancário é a grande quantidade de transações que essas instituições realizam ao longo do dia. Esse é um aspecto importante, pois caso um banco não tenha o dinheiro necessário para devolver ao

cliente, pagar o compulsório² ou fazer um empréstimo, ele pode realizar transações interbancárias. Essas relações, como o nome já diz, são empréstimos entre bancos, que também são reguladas e atreladas a uma taxa de juros. A alíquota que é cobrada nesse tipo de operação é a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que serve como baliza para a rentabilidade de muitos títulos, sobretudo de renda fixa.

A partir do entendimento das ideias centrais por trás do funcionamento dos bancos, é importante analisar quais são as regras de atividade desse setor. Para isso, é preciso compreender qual a influência dos Bancos Centrais nos bancos comerciais.

1. O papel do Banco Central

Os Bancos Centrais (BCs) podem variar de funcionalidade de país para país, mas o princípio entre eles é parecido: são os responsáveis por controlar o mercado de crédito, habilitar e fiscalizar instituições financeiras, além de controlar a emissão de moeda. A política monetária está atrelada a essas responsabilidades, controlando em grande parte taxas como a de **compulsório bancário** e a de **juros básica**, regulando a disponibilidade de crédito na economia. Os bancos comerciais estão sujeitos a algumas regras e, por mais que eles tenham liberdade para estabelecer condições de oferta de produtos, estão limitados pelas determinações do Banco Central. Um exemplo da importância da regulação do sistema bancário no cotidiano é o citado anteriormente sobre regulamentação de reserva necessária em relação aos empréstimos. Outro ponto que deve ser explicado é a importância dessa instituição para algumas políticas fiscais. Em momentos de crises deflacionários, é comum o aumento de ativos no balanço patrimonial dos bancos centrais para que mais dinheiro seja injetado na economia. O intuito dessa prática é aumentar liquidez, possibilitando que a economia seja aquecida com maior quantidade de capital disponível circulando. Para que esse dinheiro chegue até os bancos comerciais, o Banco Central compra títulos de dívidas que são considerados de pouco risco, ou seja, os títulos do Tesouro (do próprio governo) e dos próprios bancos. Com a compra desses títulos, mais dinheiro é injetado na economia como um todo e os bancos recebem uma maior quantidade de crédito.

Para explicar um pouco mais a fundo a importância dessas políticas, pode-se observar a obrigatoriedade do compulsório. O depósito compulsório é uma lei que obriga os bancos a manter parte do dinheiro que captam de clientes em depósitos a prazo, à vista e na poupança, no Banco Central. No Brasil essa taxa fica em torno de 20% para cada depósitos, apesar de servir como um depósito de segurança, pode ser

² O Depósito Compulsório é a reserva obrigatória recolhida dos depósitos bancários, conforme percentual fixado pelo Banco Central do Brasil (BCB), com a finalidade de restringir ou de alimentar o processo de expansão dos meios de pagamento.

diminuída propositalmente para controlar o mercado de crédito. Se a taxa do compulsório é reduzida, os bancos comerciais tendem a, por meio do maior número de empréstimos, idealmente gerar mais valor na economia. Por meio da lógica do "multiplicador monetário" esse valor vêm na forma de investimentos benéficos para a sociedade. No entanto, o problema de diminuir a taxa do compulsório é que ela é considerada uma segurança contra a inadimplência e, ao fazer isso, os bancos voltam a trabalhar no limite da reserva. Logo para injetar liquidez e evitar essa redução, o BC possui duas formas de agir: imprimindo dinheiro ou por meio de *Quantitative Easing*³ (QE). Para esse dinheiro chegar na população, os BCs compram títulos de dívida, tanto do próprio governo quanto de outras instituições, como citado anteriormente.

Ainda que a lógica dos juros tenha sido mencionada anteriormente, é necessário compreendê-la de forma resumida sob a ótica governamental. A taxa básica de juros, no caso do Brasil, a SELIC, serve como uma base para a maioria das operações de crédito do país, sendo um dos principais instrumentos da política monetária. Quando pensamos em política monetária, por sua vez, identifica-se que ela pode adotar tanto uma linha contracionista quanto expansionista. No primeiro caso, as taxas de juros são altas para frear o consumo, e no segundo, o contrário. O cenário no qual as taxas estão baixas é interessante para os bancos que pegam empréstimos com um valor muito menor, sendo este um dos *drivers* para a medida. Isso porque, na teoria, se os bancos comerciais pegam empréstimos mais baratos, eles também fazem o mesmo com seus clientes, considerando a lógica já mencionada por trás do spread. Caso o valor do empréstimos se torne muito menor, o banco obtém crédito com mais facilidade, fazendo com que, na teoria, empreste mais, dado que lucra não só pela diferença entre as taxas, mas também pela escala. O grande problema é o aumento do risco de inadimplência como um todo, o que faz com que as reduções não tenham efeito esperado, pois, muitas vezes, uma alta quantidade de empréstimos também se torna algo arriscado para os bancos.

Ainda sobre a taxa básica de juros, a tendência brasileira, e também mundial, é de diminuição da mesma, embora os processos ocorram de maneira distinta. As taxas do Brasil são consideradas altas quando comparadas às de outros países, sobretudo em relação às nações com economia desenvolvida, visto que algumas delas já apresentam não só juros nominais negativos⁴, mas também juros reais negativados⁵. A teoria por trás desse movimento é que, por meio da facilitação do crédito, as pessoas poupariam menos e, conseqüentemente, gastariam mais, gerando um

³ Ferramenta de afrouxamento monetário usada pelos Banco Centrais para criar quantidades significativas de dinheiro de forma eletrônica.

⁴ O nome dado para a situação onde a taxa de juros básica da economia são estabelecidas em um percentual abaixo de zero.

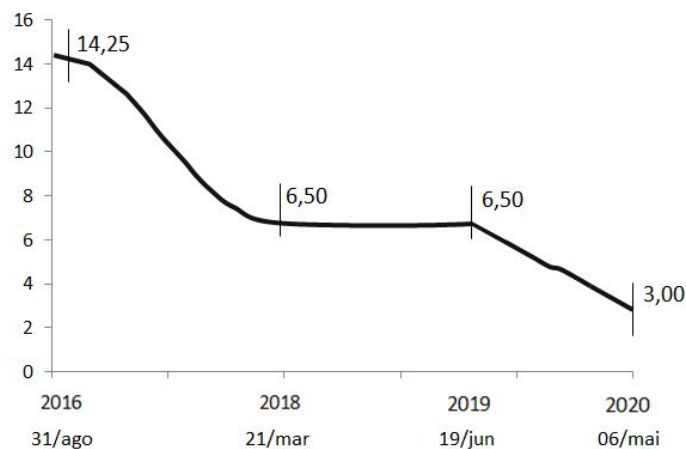
⁵ Valor nominal dos juros está positivo, mas o real (nominal - inflação) está num patamar negativo.

aquecimento na economia. É exatamente isso que vêm sendo buscado com as diminuições de taxas de juros em meio à crise do coronavírus. Esta política de taxas de juros negativas afeta diretamente a rentabilidade dos bancos em sua atividade de empréstimo, ao reduzir cada vez mais a margem entre a taxa de juros que eles emprestam e a que pagam quando pegam emprestado.

Mediante dados do Banco Central do Brasil (BACEN), podemos fazer uma comparação do decaimento das taxas de juros em diferentes valores. O primeiro gráfico mostra os cortes na taxa básica nos últimos anos, enquanto o disponibilizado pelo BACEN retrata a taxa média de juros das operações de crédito caindo. Sendo assim, taxas de empréstimos estão seguindo o mesmo perfil de queda da SELIC.

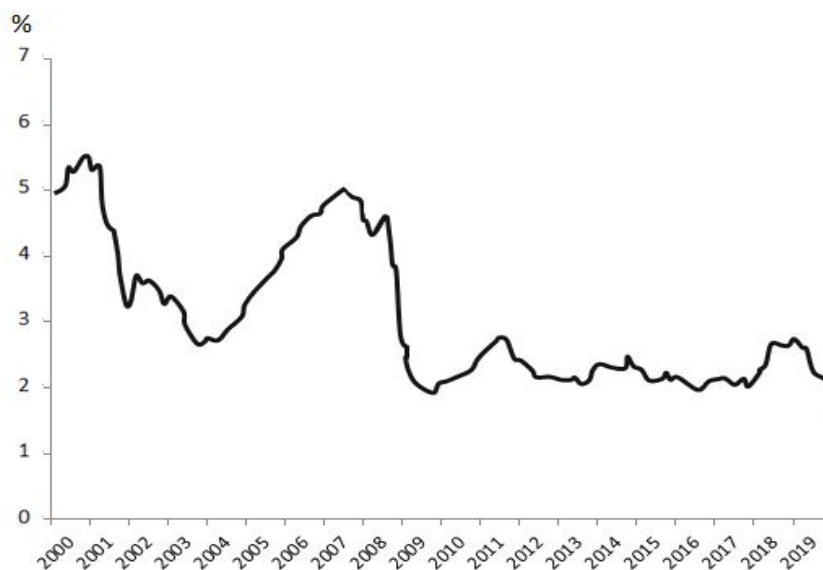
Taxa de Juros Básica (Selic)

Nas datas de reunião - em % ao ano

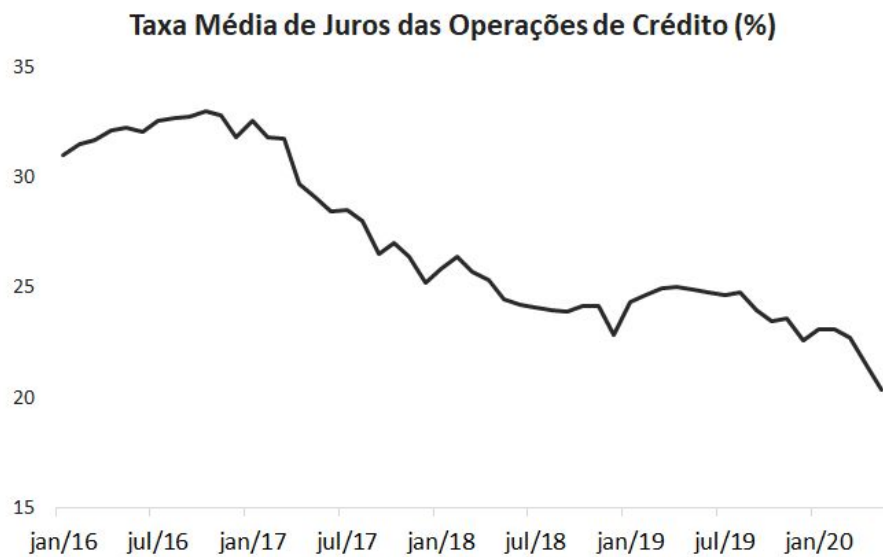


*Fonte: Banco Central do Brasil

Média ponderada das taxas de juros mundiais



*Fonte: UBS, Haver

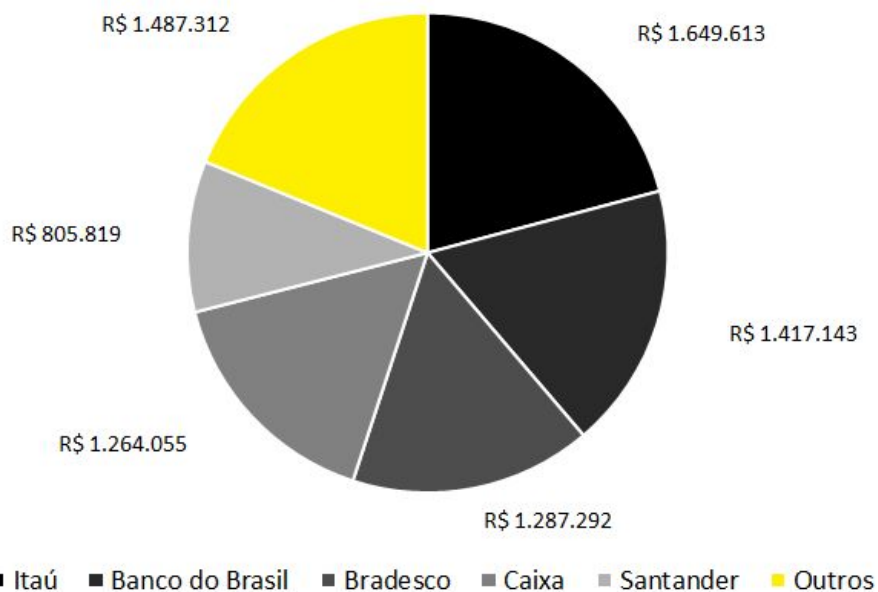


*Fonte: Banco Central do Brasil

1. O setor bancário brasileiro antes da crise

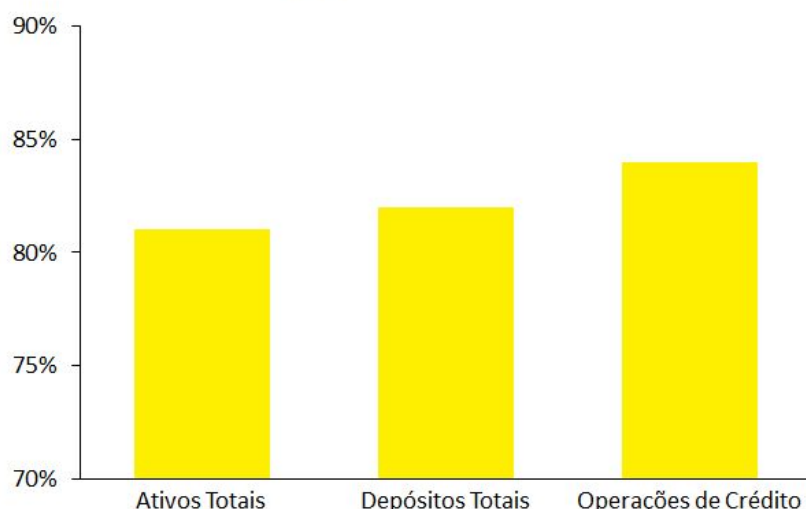
O mercado bancário brasileiro é concentrado basicamente entre 5 grandes instituições: Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa e Santander, por ordem decrescente de quantidade de capital segundo dados do Valor Econômico de 2019.

Total de Ativos Geridos por Bancos Brasileiros (R\$ Milhões)



*Fonte: Os 100 Maiores Bancos 2018 – Valor Econômico

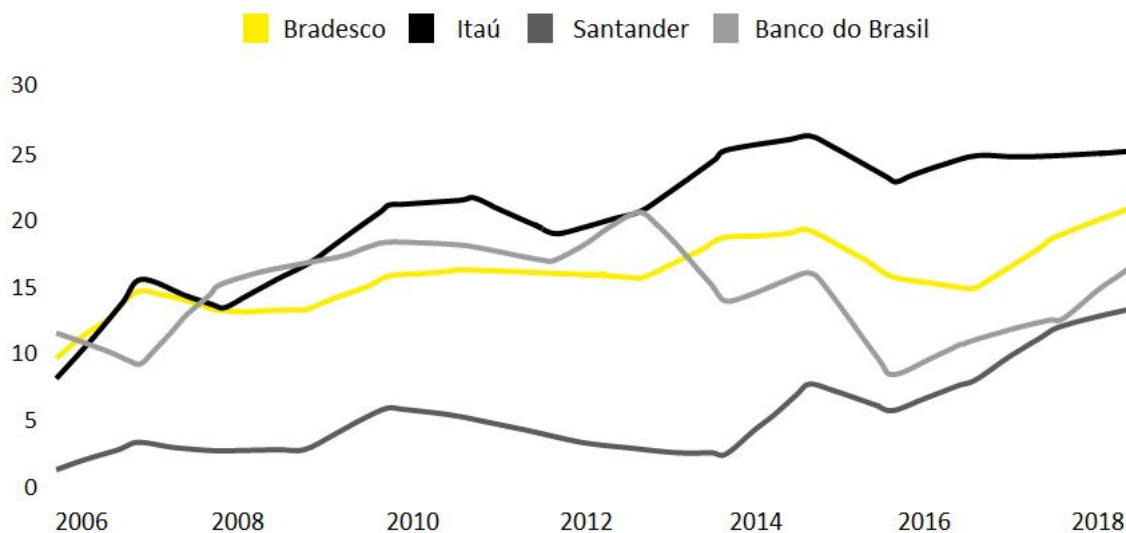
Participação dos 5 Maiores Bancos



*Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2018 / Banco Central

O ano de 2019 foi de prosperidade para o setor, especialmente para os 4 principais bancos comerciais que são abertos na bolsa de valores (os 5 maiores citados anteriormente com a exclusão da Caixa Econômica). A lucratividade dessas instituições, segundo a Economática⁶, foi superior a R\$80 Bilhões.

Lucro dos bancos, ajustados à inflação



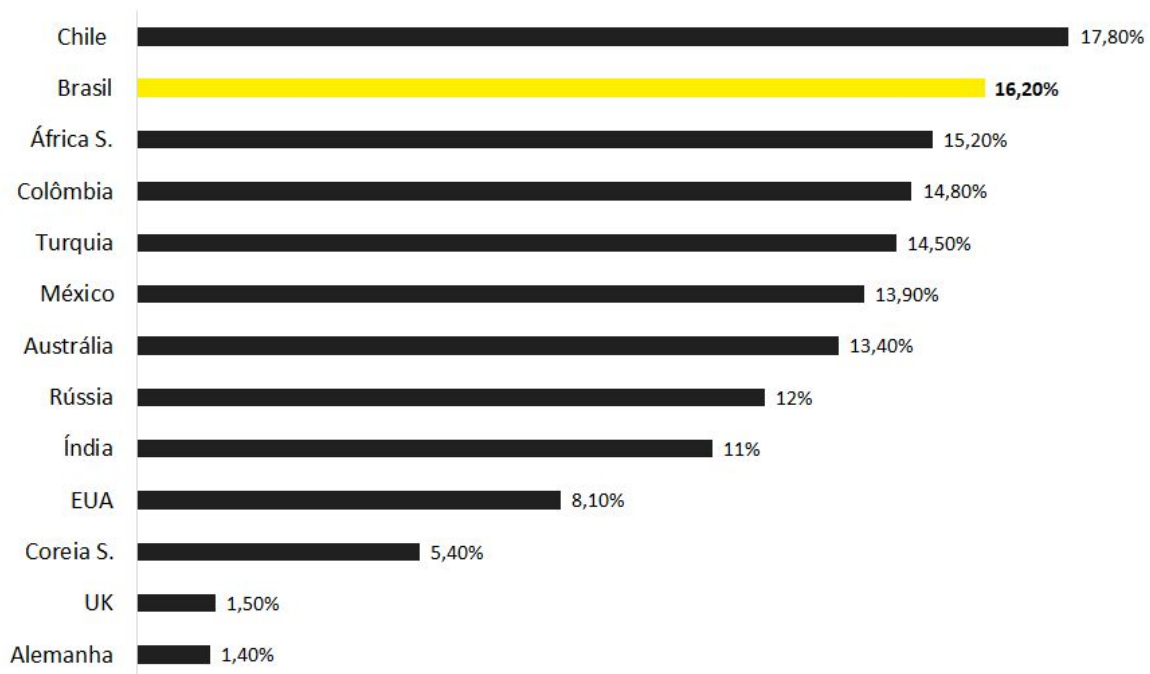
*Fonte: Economática

Outra forma de avaliar o desempenho dos bancos é observando a rentabilidade sobre o patrimônio líquido (representada em inglês pela sigla **ROE**). Esse importante indicador é usado para medir a capacidade que uma empresa tem de dar retorno

⁶ uma ferramenta que consiste em um conjunto de módulos analíticos avançados que operam em bases de dados de grande largura, gerando informações de alta confiabilidade

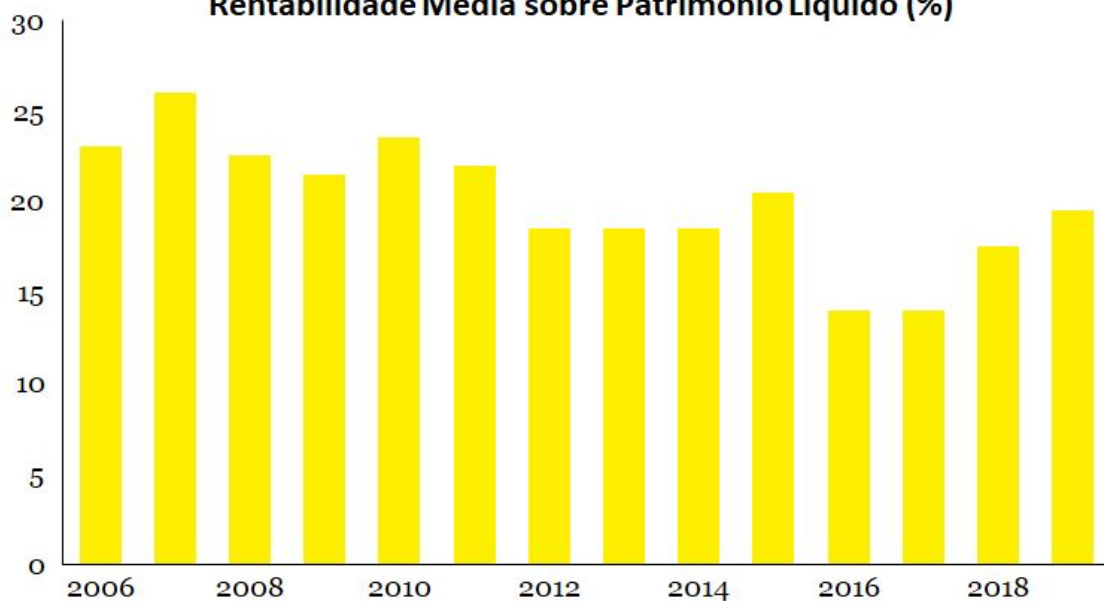
sobre o capital social, sendo considerada uma métrica de eficiência da empresa quando comparada a seu custo de capital. A média brasileira dos maiores bancos foi a segunda maior do mundo no setor em 2018 e, segundo a Economática, em 2019, a rentabilidade mediana sobre o capital próprio dos quatro principais bancos brasileiros cresceu pelo terceiro ano consecutivo.

ROE dos 5 Maiores Bancos (% a.a médio dos 5 últimos anos)



*Fonte: Análise Accenture

Rentabilidade Média sobre Patrimônio Líquido (%)



*Fonte: Economática

O intrigante de se analisar pelo gráfico é que, com a crise política brasileira de 2015, houve uma queda na rentabilidade dos bancos. Apesar disso, o setor bancário foi o que melhor se recuperou devido a algumas condições. Uma delas foi a política de juros bancários altos, visto que, quando a taxa Selic recuou a 6,5% ao ano, as principais instituições financeiras continuaram com retorno sobre o patrimônio (ROE) em trajetória ascendente. Ou seja, mesmo com a SELIC em queda, os bancos mantiveram altas taxas para os empréstimos. Segundo o levantamento da empresa de informações financeiras, o aumento do ROE de 2016 para 2017 para os bancos foi o dobro dos demais setores da economia, que tiveram média de 6,6%. Uma explicação para a ótima saúde desse setor é o alto *spread* bancário praticado no país, causado sobretudo pela alta concentração. Segundo o Banco Central, o Indicador de Custo do Crédito⁷ (ICC) passou de 20,64% em 2015 para 22,25% em 2016 (momentos de crise interna no Brasil), significando que, no geral, o custo para a obtenção de empréstimos vinha aumentando, por mais que o país tivesse uma política monetária de baixas taxas de juros. Um estudo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mostra, numa comparação com outros 12 países, que o índice brasileiro é o mais alto, sendo que o do segundo colocado, México, é de 9,1 pontos.

ROE dos Bancos com ADR's listados na Bolsa de NY com Ativos acima de U\$100 Bilhões

BANCO	PAÍS	ROE % 12 MESES	DATA DO BALANÇO
Santander	Brasil	19,25	30/09/2019
ItauUnibanco	Brasil	18,59	30/09/2019
Bradesco	Brasil	17,97	30/09/2019
Banco do Brasil	Brasil	17,71	30/09/2019
Royal Bank of Canada	Canadá	16,13	31/07/2019
Hdfc Bank Ltd	Índia	15,29	31/03/2019
Nothern Trust Corp	USA	14.43	30/09/2019

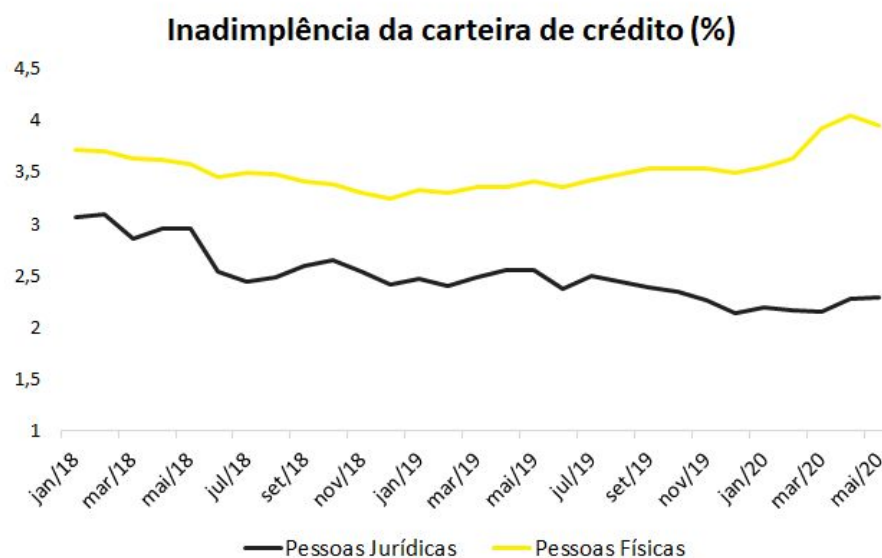
1. A COVID-19 na economia

Após a contextualização do ambiente bancário brasileiro, é possível entender melhor os desdobramentos da crise da COVID-19. O maior impacto deriva da paralisação da economia em três âmbitos diferentes. O primeiro reside no fato de que algumas empresas tiveram suas receitas diminuídas e necessitam arcar com seus custos. Isso as obriga a contrair empréstimos e/ou renegociar dívidas. Dessa maneira, a demanda por crédito aumenta, porém vê-se uma busca por juros mais baixos. Um outro ponto

⁷ O ICC mede o custo para o tomador de crédito e inclui não apenas juros, mas também os encargos fiscais e operacionais envolvidos na contratação

é a renegociação de contratos antigos buscando, também, mudanças para taxas menores e maior tempo para pagamento. Essa situação pode ser um grande problema, pois é ruim para o banco receber menores juros, pois o cliente pode estar incapacitado de arcar com a dívida, aumentando a inadimplência. Isso porque os juros acordados previamente foram baseados em outro momento da econômico.

Já o segundo âmbito diz respeito às pessoas físicas que perderam seus empregos ou tiveram sua renda impactada, aumentando, assim, os pedidos de acesso ao crédito. Por último, seriam as pessoas tanto físicas como jurídicas que preferem poupar mais, dada a imprevisibilidade e incerteza da realidade, diminuindo a demanda de crédito nesse caso.



*Fonte: Banco Central do Brasil

A partir de uma pesquisa da consultoria McKinsey & Company sobre como os brasileiros estão se comportando em relação ao seu dinheiro, é possível identificar alguns pontos de grande significância para o entendimento do decaimento do setor. De acordo com a pesquisa, a grande maioria diz que teve o salário impactado consideravelmente e, por conta disso, uma parcela ainda maior está cortando despesas e sendo muito cuidadosa em como gasta. O interessante de se analisar em relação aos bancos, além desses pontos, é que uma grande quantidade de brasileiros também está diminuindo suas compras e investimentos dada a situação atual e incertezas. O impacto, então, é notável para o setor bancário devido à diminuição do consumo como um todo, assim como de produtos financeiros, o tamanho desse impacto pode ser analisado nos dados do PMI.

Sentimentos da população geral no Brasil, % das respostas

Discordo Fortemente/ Discordo
 Discordo Levemente/ Concordo
 Concordo Fortemente/ Concordo

Minha renda foi negativamente impactada pelo coronavírus.



A incerteza da economia está me impedindo de investir e fazer compras que em outra realidade faria.



Estou diminuindo meus gastos.



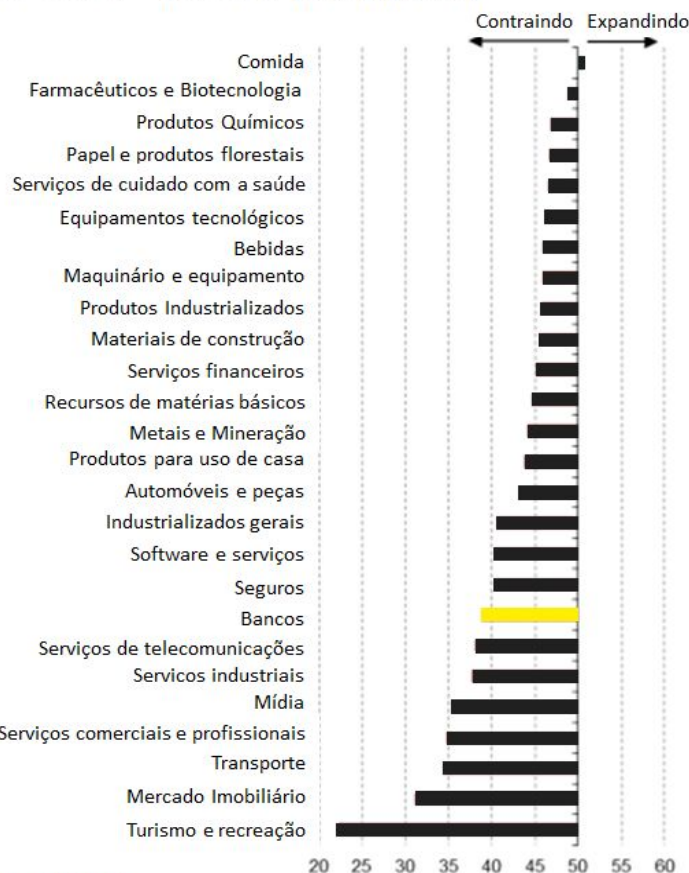
Diante das minhas finanças pessoais e da economia atual eu tenho que ser cauteloso em como gasto meu dinheiro.



*Fonte: McKinsey & Company

De acordo com o *PMI*⁸ de março e maio, os bancos, não só no Brasil como no mundo, sofreram bastante com a nova realidade. Esse índice analisa a direção predominante das tendências econômicas nos setores de manufatura e serviços como um todo. Consiste em um índice de difusão que resume se as condições de mercado vistas pelos gerentes de compras estão se expandindo, mantendo-se iguais ou se contraindo. A análise é feita para diversos setores da economia:

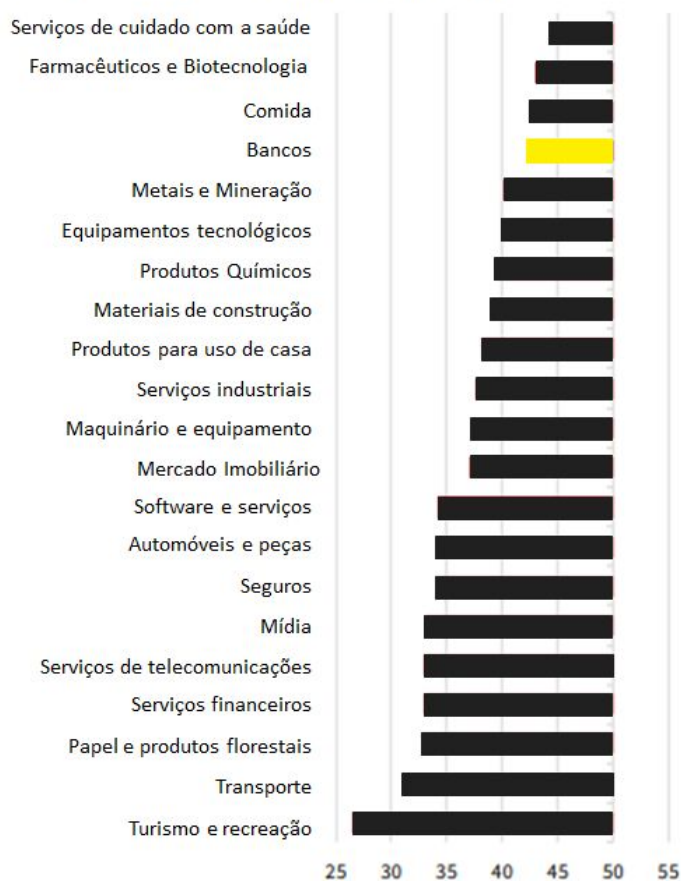
PMI Global – por setor (Março, 2020)



*Fonte: IHS Markit

⁸ *Purchase Managers Index*

PMI Global – por setor (Maio, 2020)



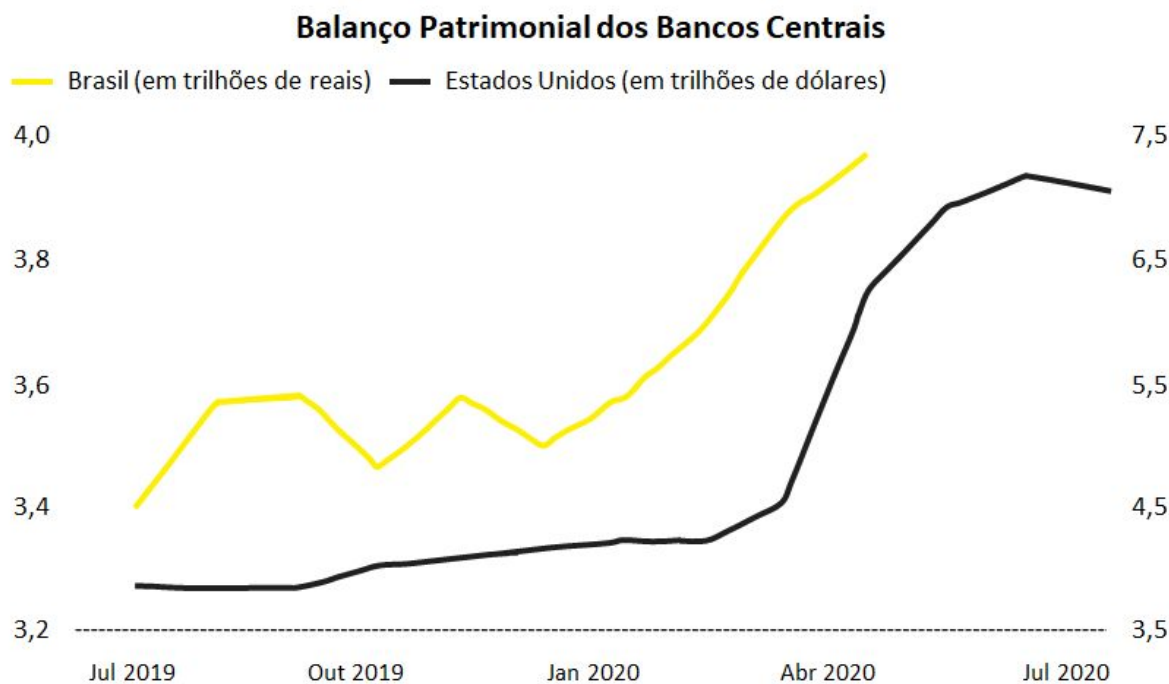
*Fonte: IHS Markit

O intrigante de se ver com as comparações dos PMIs de março e maio é como o impacto nos bancos diminuiu, tanto quando comprada a si mesmo, quanto aos outros setores da economia. Para entender como isso vem acontecendo, é importante saber quais foram as medidas governamentais e bancárias tomadas diante da pandemia, além de analisar as particularidades do setor.

1. Medidas de controle de impacto e suas consequências

A política fiscal, tanto no Brasil quanto no mundo, vem girando em torno do aumento de gastos públicos, seja criando contas para empréstimos à população (por exemplo, o pagamento de R\$ 600,00 para microempreendedores ou pessoas de baixa renda) ou comprando títulos de dívida para injetar maior liquidez na economia. A compra desses ativos, no Brasil, tem grande impacto positivo para os bancos, visto que o Banco Central só pode comprar títulos do tesouro ou dessas instituições, por serem considerados mais seguros. É extremamente perceptível o quanto o BACEN aumentou na quantidade de ativos de seu balanço patrimonial no período de 2020. A partir da análise do gráfico, os gastos e investimentos do BACEN

vêm crescendo bastante ao longo dos meses, o que significam estímulos mais fortes para a economia. Contudo, quando comparada a outros países, como os Estados Unidos, essa ajuda pode parecer ínfima.



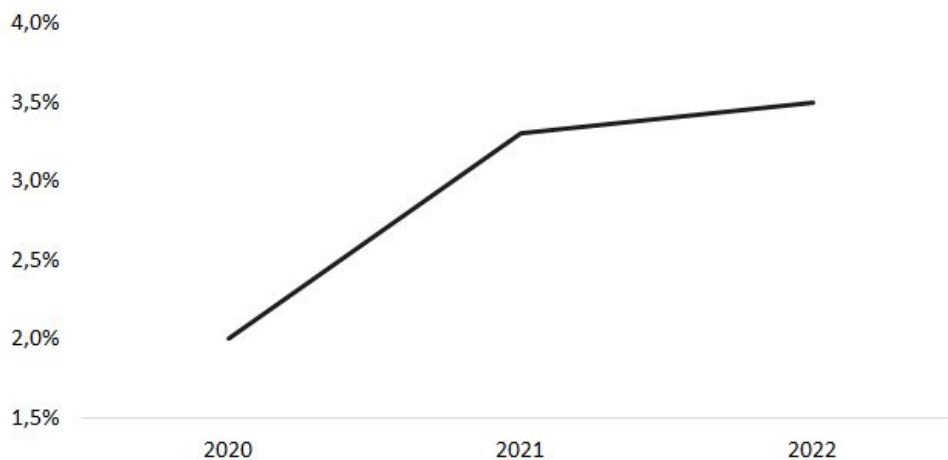
*Fonte: Trading Economics

Com a economia desacelerando e a demanda por bens diminuindo ou se estagnando, a maioria dos BCs ao redor do mundo seguiu a tendência de diminuir ainda mais suas taxas de juros. O grande problema dessa medida é quanto a sua efetividade, dado que ela só funciona se as pessoas estiverem buscando esse dinheiro. Por mais que os pedidos por empréstimos aumentem, as economias mundiais ainda possuem previsão de terminarem o ano com resultados negativos. Outro ponto que pode ser usado para analisar a eficiência dessa medida é o caso europeu, onde os países possuem juros baixíssimos, com o intuito de fomentar a economia e atingir a meta de inflação.

No Brasil, quem define as taxas é o Comitê de Política Monetária (COPOM) e em sua reunião de junho, quando diminuíram a Taxa Selic para 2,25% anuais, alguns pontos foram levados em consideração, dentre eles, a inflação. As expectativas de inflação para 2020, 2021 e 2022 apuradas pela pesquisa Focus⁹ encontram-se em torno de 2,0%, 3,3% e 3,5%, respectivamente, taxas mais baixas que as dos anos anteriores, mas com uma previsão de recuperação boa.

⁹ O Relatório Focus, também conhecido como boletim Focus, é um documento que é publicado online e que contém um resumo das expectativas de mercado a respeito de alguns dos mais importantes indicadores da economia brasileira

Previsão da Inflação (ao final de cada ano)



*Fonte: Relatório Focus

Na teoria, diminuir a taxa de juros pode gerar uma pressão inflacionária, pois com a diminuição, mais empréstimos seriam possibilitados, gerando maior liquidez e, conseqüentemente, maior consumo e inflação. Contudo, no momento atual, os juros não possuem esse efeito sozinhos, pois o consumo como um todo diminuiu excepcionalmente com a crise muito devido a incerteza do momento. O Copom ressalta, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros da economia, porque, apesar de não terem relação estrita com a COVID-19, continuam fazendo parte do cenário monetário brasileiro. O Copom entende que, neste momento, a conjuntura econômica prescreve um estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reforça que há potenciais limitações para o grau de ajuste adicional. Esse limite é mais considerável em países emergentes devido à existência de prêmios por risco (diferente de muitos países desenvolvidos que trabalham com juros negativos), ou seja, um investidor espera um retorno maior ao investir em algo que é considerado mais arriscado. No Brasil, em especial, o limite é ainda maior, em decorrência da fragilidade fiscal e incertezas sobre a continuidade do ajuste das contas públicas. Por fim, a decisão do COPOM foi de diminuição da SELIC e, ao que parece, deve continuar com essa tendência, apesar dos pontos levantados sobre o limite da taxa.

A partir do entendimento da política do COPOM e o que ele busca com esses estímulos, é necessário observar como isso se traduz nos bancos brasileiros. A crise gerada pela pandemia do novo coronavírus fez com que os empresários passassem a mostrar profunda insatisfação com a situação financeira e com a margem de lucro operacional de seus negócios no primeiro trimestre do ano. É o que aponta a

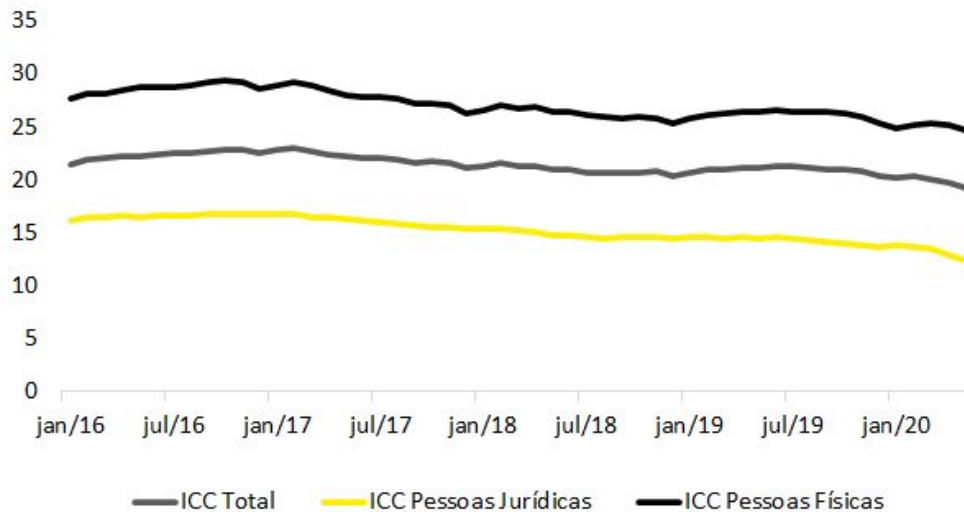
pesquisa Sondagem Industrial¹⁰ da Confederação Nacional da Indústria¹¹ (CNI), o índice de satisfação financeira ficou em 41,4 pontos, com recuo de 8,6 pontos em relação ao quarto trimestre de 2019. Essas estatísticas demonstram que há uma insatisfação com as medidas tomadas pelos bancos, isso porque alegam que, mesmo com o afrouxamento do crédito para bancos comerciais, as medidas não estariam chegando em grande parte da população. Após a injeção de liquidez no mercado financeiro, com a liberação de R\$ 1,2 trilhão para as instituições financeiras, dados divulgados no final de abril pelo Banco Central mostram que o crédito bancário apresentou um aumento de 2,85% em março, na comparação com o mês anterior, para um volume total em mercado de R\$ 3,587 trilhões. Este movimento foi acompanhado, ainda segundo informações oficiais, por uma queda na taxa média de juros cobradas pelas instituições financeiras. Entretanto, isso não aconteceu em todas as linhas de crédito, dado que, apesar de os bancos obterem uma facilitação do acesso ao dinheiro, existe um limite para os riscos que estão dispostos a correr na redução de juros. Por exemplo, no cartão de crédito rotativo das pessoas físicas, a taxa de juros aumentou no mês de março, uma vez que são o tipo de empréstimo mais arriscado para as instituições.

Enquanto isso, de acordo com o BACEN, os juros bancários, no geral, caíram mais do que a taxa básica. Com isso, o *spread* bancário médio passou de 28,9 pontos percentuais, em fevereiro, para 27,5 pontos percentuais em março. O que é possível tirar dessas informações é que os bancos estão, de fato, reduzindo os juros em alguns casos, mas é importante ressaltar que, em momentos de crise, os riscos para os bancos podem aumentar, uma vez que a inadimplência tende a crescer. Esse fato explica o aumento no número de solicitações de crédito negadas. Segundo o Sebrae, numa pesquisa em abril, cerca de 60% dos pequenos negócios que buscaram empréstimos tiveram o pedido recusado. Os riscos de emprestar dinheiro, principalmente, para pessoas físicas são maiores e, por conta disso, os bancos comerciais têm sido bastante seletivos a quem estão oferecendo os empréstimos, inclusive com taxas consideravelmente altas para o prêmio compensar o risco.

¹⁰ A Sondagem Industrial é uma sondagem de opinião empresarial mensal com o objetivo de conhecer a tendência da atividade industrial e as expectativas dos empresários.

¹¹ É a instituição máxima de organização do setor industrial brasileiro.

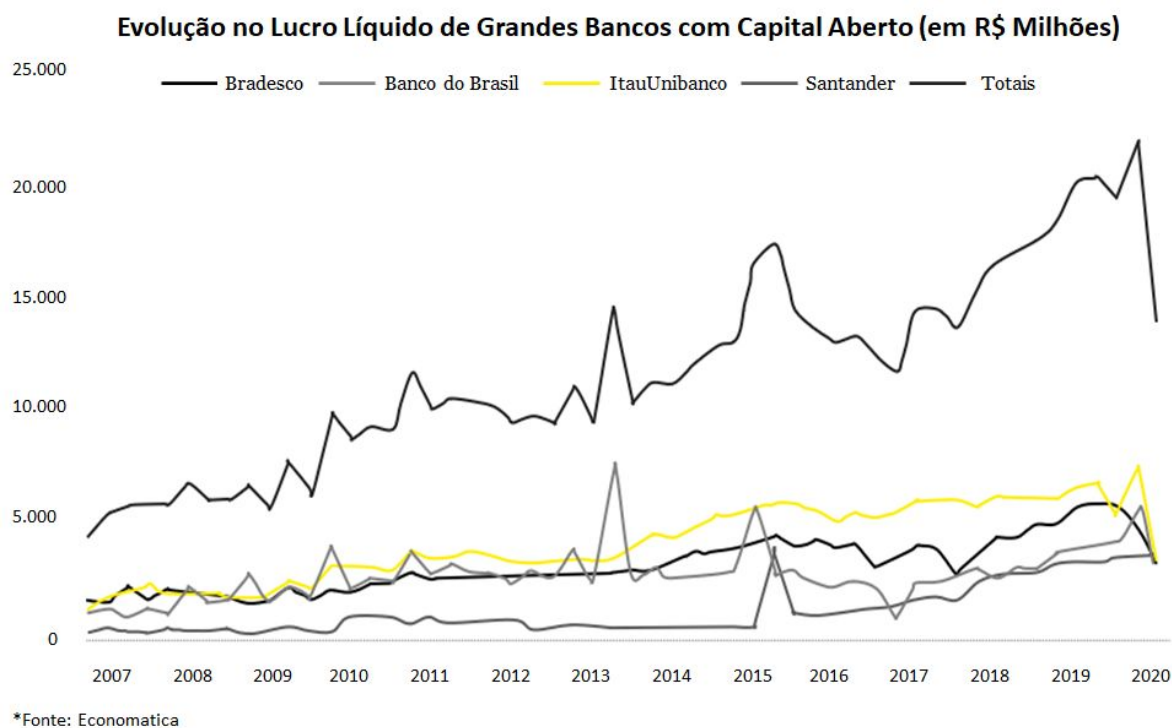
Indicador do Custo de Crédito (%a.a)



*Fonte: Banco Central

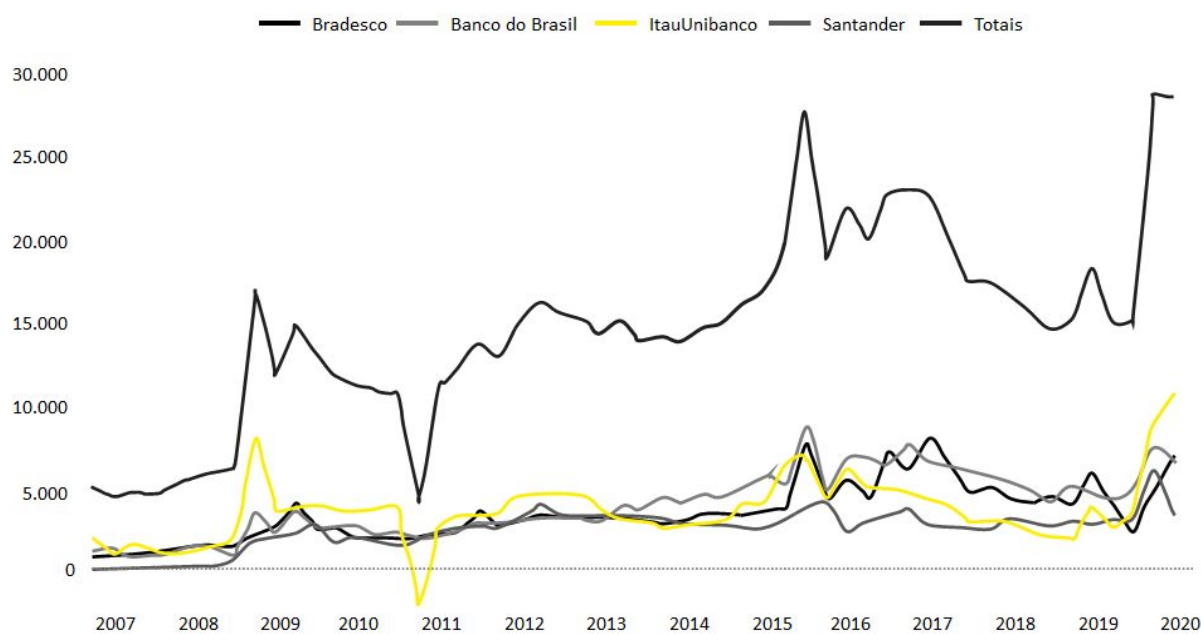
Para rebater as reclamações de dificuldade de acesso ao crédito, a Febraban divulgou um levantamento mostrando que o volume total de concessões de crédito e refinanciamentos superou R\$ 330 bilhões no período entre 16 de março e 8 de abril, valor maior que o da média mensal registrada no 1º trimestre do ano passado, que foi de R\$ 290 bilhões. A Febraban destaca ainda que os bancos têm oferecido a possibilidade de prorrogação de dívidas e renovação de crédito por pelo menos 60 dias. De acordo com balanço divulgado no começo do mês, os bancos já receberam 2 milhões de pedidos e já prorrogaram R\$ 130 bilhões em vencimentos.

O resultado dos lucros dessas instituições são negativos quando comparados a como estava o setor antes da crise. Os quatro maiores bancos do país registraram, no primeiro trimestre de 2020, o lucro mais baixo desde o terceiro trimestre de 2017, segundo levantamento realizado pela Economatica. A soma do lucro dos 4 maiores bancos foi de R\$ 13,762 bilhões nos primeiros três meses deste ano, como comparativo, o mesmo trimestre do ano passado, os bancos tinham obtido um lucro de R\$ 19,95 bilhões. No caso do Itaú, por exemplo, o lucro líquido ficou em R\$ 3,4 bilhões no primeiro trimestre de 2020, configurando uma queda de 49,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, seguindo a tendência do setor que caiu num total de aproximadamente 63%.



Devido ao aumento da carteira de crédito, os bancos, em geral, tomaram a decisão de aumentar as reservas contra uma iminente escalada da inadimplência, o que ajudou a diminuir os lucros no primeiro trimestre. Eles, como um todo, aumentaram seus gastos em relação a Provisão de Devedores Duvidosos (PDD) que, em essência, é uma reserva de recursos financeiros que serve para cobrir prejuízos com clientes inadimplentes. Esse dinheiro, por ser uma reserva, só é gasto de acordo com o custo da inadimplência do período. No primeiro trimestre de 2020, o Itaú Unibanco, com R\$ 10,8 bilhões, liderou o provisionamento, seguido pelo Bradesco com R\$ 7,3 bilhões, Banco do Brasil com R\$ 6,6 bilhões e Santander com R\$ 3,5 bilhões. Dos quatro bancos, o Santander e Banco do Brasil registram diminuição de PDD no primeiro trimestre de 2020 com relação ao quarto trimestre de 2019. A análise que pode ser tirada dessas informações é o quanto alguns bancos estão esperando de aumento de inadimplência com a crise. O aumento do PDD infere diretamente na diminuição do lucro, mas pode significar, também, um maior preparo para os impactos no setor.

Evolução no PDD de Grandes Bancos com Capital Aberto (em R\$ Milhões)



*Fonte: Economatica

Após a redução da Selic de maio (de 3,75 para 3,0), o Itaú comunicou a redução dos juros das suas linhas para pessoas físicas e jurídicas, sendo o repasse do corte integral, ou seja, uma redução dos juros também em 0,75 ponto percentual. Já o Bradesco, também reduziu suas taxas de juros, mas apenas alegou que isso apenas ocorrerá para suas "principais linhas de crédito", mostrando que cada banco está agindo de forma diferente, apesar dos impactos estarem sendo parecidos. A diminuição das taxas pode ser positiva, ao passo que estimulam mais pessoas a contraírem empréstimos e consumirem, aquecendo a economia. Contudo, o aumento no número de empréstimos pode levar a um aumento da inadimplência no longo prazo.

Utilizando como base o relatório que o Bradesco anunciou sobre o primeiro trimestre de 2020, é possível observar algumas medidas tomadas em relação aos juros e ao tempo de carência¹². De acordo com o banco, para pessoas físicas, pequenas, médias e grandes empresas houve uma prorrogação em até 60 dias de pagamento das parcelas de empréstimos e financiamentos para clientes com atraso de até 59 dias, com taxa de juros do contrato original mantida após o recálculo de parcelas. Para pequenas e médias empresas, o banco ofereceu adicionalmente o financiamento de folhas de pagamento por meio do Programa Emergencial de Suporte a Emprego (PESE), com 6 meses para vencimento da primeira parcela, prazo de 30 meses para pagamento com taxas de juros de 3,75% ao ano. Enquanto para grandes empresas, o banco ofereceu, também, linhas de capital de giro para apoiar a necessidade imediata

¹² prolongamento do prazo para pagamento de uma dívida

de caixa. O objetivo dessas revisões é tentar fazer com que o banco mantenha os clientes atuais, diminuindo a taxa de inadimplência.

Isso indica que os contratos estão sendo revisitados, mas não necessariamente mudando muito, o que pode ser prejudicial para o cliente. A revista Valor reportou que apesar do tempo de carência que a maioria dos bancos estão dando (em média de 90 dias), muitos contratos ainda podem ser considerados desvantajosos para o cliente no momento atual. Isso porque o crédito consignado, que desconta as parcelas da dívida diretamente do contracheque do trabalhador, ficou de fora dessa série de medidas adotadas durante a pandemia. Uma das maiores preocupações dos bancos com esse tipo de crédito é o risco de calotes de estados e municípios, visto que o setor público representa 95% do crédito consignado no país. Neste contexto de crise, a queda da renda ocasionou também a redução na capacidade de pagar dívidas previamente obtidas, especialmente com o advento da Medida Provisória (MP) 936, que permite suspensão de contrato de 60 dias ou corte de salários por até 90 dias.

Comprometimento da renda com parcelas do consignado após MP 936

Renda Líquida de R\$3.000	Comprometimento da renda
Salário integral antes da crise	30%
25% de redução salarial	33%
50% de redução salarial	39%
70% de redução salarial ou suspensão de contrato	41%

Quando consideramos esse contexto analisando os dois lados podemos supor que os danos no setor e na economia serão prolongados. Seja pelo lado dos bancos, que estão tentando minimizar seus prejuízos e sendo conservadores em quais riscos estão dispostos a assumir quanto o lado das pessoas, que devido a crise estão sofrendo com taxas de juros e empréstimos.

Para Candido Bracher, CEO do Itaú, a forma como os bancos são vistos pela população deverá mudar. Ele lembra que em outras crises, como a de 2008, os bancos foram os culpados ou eram parte do problema. “Desta vez, os bancos serão parte da solução. Vão viabilizar a irrigação da economia com recursos, para ajudar empresas e salvar empregos. Não dá para alimentar a ilusão que os bancos farão isso sozinhos. Será necessário uma injeção maciça de recursos fiscais pelo governo na economia, mas podemos ser os canais de irrigação desse processo” - afirma o banqueiro. Bracher observou que, depois dessa crise, essas instituições de crédito passarão alguns anos socorrendo empresas e pessoas, que sairão mais endividadas. Por mais que haja o debate quanto a efetividade das políticas governamentais na vida

das pessoas, o setor bancário argumenta que está fazendo o possível para ajudar. Os dados apresentados até então mostraram que os bancos, apesar de cautelosos, estão aumentando as concessões de crédito. A atitude dessas instituições é compreensível, pois as projeções futuras não são as melhores e seria contra-intuitivo uma empresa se expor a um risco gigantesco com os dados sobre inadimplência aumentando.

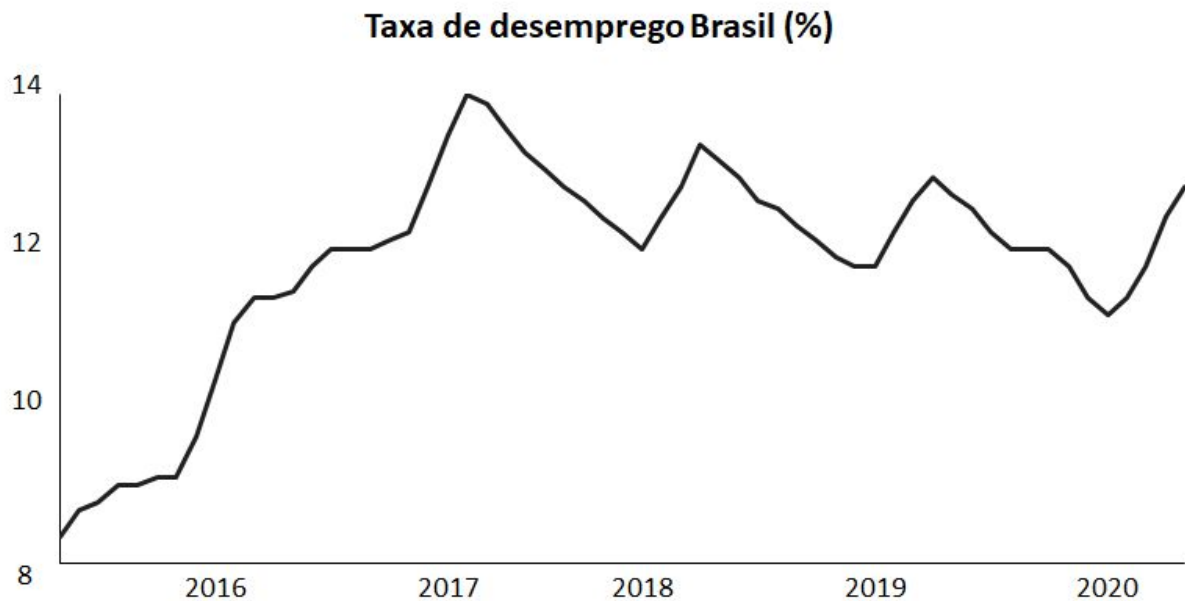
1. Tendências futuras do setor

Além de projeções como a do CEO do Itaú de que os bancos devem ser responsáveis por ajudar diversas empresas, existem outras medidas a serem tomadas. Devido à crise e aos resultados de lucro atual, o setor pode buscar ser mais conservador após o momento de estresse. Isso significa basicamente a diminuição de empréstimos e aumento de juros para compensar perdas. A agência de classificação de riscos Moody's reduziu, em abril, a classificação de "estável" para "negativa" sua perspectiva para o setor bancário brasileiro, o que para os bancos não é um bom sinal, dado que seu serviço se torna mais atrelado a uma incerteza e um risco maior para investidores. O impacto dessas classificações é que anúncios negativos de mudanças exercem maior influência no mercado acionário que as notícias positivas. Além disso, as notícias negativas geradas pelas agências emissoras de rating são antecipadas pelos agentes de mercado em relação às ações e, por conta disso, esse *downgrade* pode ter um impacto significativo no valor das ações dos bancos. Por meio de um relatório enviado aos clientes, a vice-presidente sênior da agência, Ceres Lisboa, também informou que a queda inesperada na economia, o declínio da renda familiar, assim como o aumento do desemprego vão pressionar a qualidade de ativos dos bancos e reduzir a capacidade de pagamento dos tomadores de crédito, o que elevará a inadimplência e os custos de crédito.

Outra agência de análise de riscos, a Fitch, trouxe alguns outros pontos para a análise. Segundo a empresa, "o novo ambiente de negócios após a pandemia de coronavírus tem mudado esse progresso (melhora da saúde financeira das empresas) e vai afetar a situação de liquidez de curto prazo da maior parte das companhias no Brasil". Sendo assim, o cenário acaba levantando dúvidas sobre a geração de caixa futura e, conseqüentemente, para a evolução do desemprego no país, considerando as dificuldades de se prever o tempo de recuperação da economia. Com todos os problemas relacionados à inadimplência e às capacidades produtivas dos bancos, é esperada uma recuperação lenta.

A análise do desemprego é essencial para essa questão, pois, como constatado anteriormente, um dos maiores problemas para a lucratividade dos bancos vem sendo a diminuição de gastos da população, decorrente da menor capacidade de consumo e investimentos. O Brasil deve encerrar este ano com uma taxa média de

desemprego de 17,8%, de acordo com a projeção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, feita em abril. Logo, a recuperação do setor está atrelada, necessariamente, à recuperação financeira do país como um todo.



*Fonte: Trading Economics | IBGE

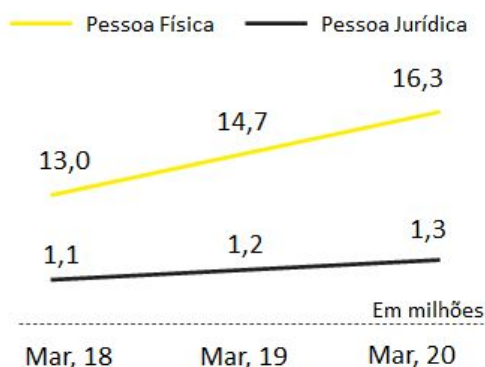
Segundo a Fitch, “mesmo em um cenário de redução ou eliminação da quarentena doméstica, as incertezas sobre a habilidade da economia reagir podem limitar o apetite dos cidadãos em relação ao consumo”. Esse cenário pode ter impacto tanto nos empréstimos de varejo quanto em outros segmentos, uma vez que as consequências também vão se espalhar sobre a indústria e o setor de serviços, reforça a agência.

Outro ponto importante de análise é a digitalização dos bancos. A transição para o digital já era uma tendência no mercado brasileiro, contudo, com a impossibilidade de ir a agências físicas, essa mudança do físico para o digital deve ser acelerada. Entre a última semana de dezembro e a primeira de março, os brasileiros gastaram 35% mais horas em aplicativos de finanças, atingindo o mesmo percentual dos Estados Unidos, segundo levantamento feito pela Liftoff, uma plataforma de análise de aplicativos. Além disso, o Brasil é terceiro país que mais acessa aplicativos financeiros, perdendo apenas para China e Índia.

Para se ter alguma noção de quanto isso foi intensificado no momento atual, podemos observar os dados do banco Bradesco, mostrando que essa tendência foi, certamente, acelerada.

Correntistas com Perfil Digital

17,6 Milhões



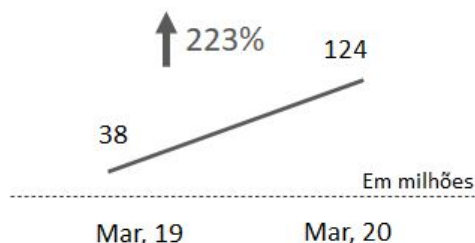
*Fonte: Bradesco

Abertura de Contas via App

Até Mar20, foram abertas mais de 32,5 mil contas

PJ

PF



1. Conclusão

O caráter concentrado do mercado bancário brasileiro tende a facilitar o controle dos impactos do vírus, dado que são poucas as empresas que têm poder de realizar mudanças estruturais na concessão de crédito. A análise prévia de como o ROE do setor se comportou na crise interna de 2015, quando comparada aos dados mais recentes do PMI, demonstra que o sistema bancário passa por uma grande desaceleração. Contudo, quando contraposto a outros setores, parece estar cuidando da crise de forma moderada e bastante defensiva. Podemos afirmar que, o impacto está sendo bilionário, entretanto, o setor bancário é um dos com maior potencial de se reerguer, por ter muito poder sobre como obtém seu lucro. É evidente que as medidas monetárias tomadas estão diminuindo o *spread* dos maiores bancos brasileiros, porém ele continua sendo um dos maiores do mundo. Apesar do lucro estar sendo menor, ele está acima da média do mercado de crédito mundial em termos de lucratividade. Esse movimento que, para o setor, é uma perda, para a população é benéfico, pois o custo do crédito diminuiu em muitos casos, tornando menos custoso fazer investimentos, o que para pequenas e médias empresas é essencial.

O dano no setor em maior parte está atrelado às inadimplências e esse fator está intrinsecamente ligado à recuperação da economia brasileira. Isso porque é de grande importância que a população recupere sua capacidade de pagamentos, visto que o impacto na renda familiar acabou criando uma inaptidão a pagar dívidas passadas. Outro ponto é que o consumidor precisa recuperar suas convicções na economia, no sentido de que é necessário que a incerteza quanto ao futuro diminua, fazendo com que o mesmo aumente seus investimentos e gastos no geral. Mas para

isso, o investidor precisará de dados e mudanças mais concretos sobre a recuperação da economia, o que parece estar longe da realidade atual. Por fim, algumas mudanças substanciais foram aceleradas por conta da crise, como a digitalização dos bancos, o que pode ocasionar uma competição mais direta com as fintechs, apesar delas ainda estarem distantes dos grandes bancos em alguns quesitos, como número de ativos e capacidade de crédito. Como um todo, o sistema bancário não parece tão ameaçado a dar *default* com essa crise, muito por conta da sua força quanto aos seus lucros e pouca ameaça competitiva. É importante ressaltar, também, que devido à importância do setor para a economia, a máquina pública seria capaz de fornecer apoio para evitar o *default*, caso necessário.